

De acordo com o comando de cada uma das questões de 41 a 80, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA 1 – OBJETIVA – 2.ª PARTE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 41

O transporte faz parte do ritmo diário da vida. A mobilidade é uma atividade e uma necessidade humana fundamental, mas ela sofre restrições da fricção da distância. Sendo um setor complexo em termos de uso do solo, de emprego e de funções, o transporte é um fator de suma importância, relacionado com as questões ligadas ao meio ambiente e à distribuição espacial, assim como ao desenvolvimento de todas as outras formas de atividades econômicas e sociais. Dessa forma, teorias, métodos e análises geográficas contribuem significativamente para a compreensão dos problemas de transporte e para sua eventual solução.

B. Hoyle e R. Knowles. *Modern transport geography*. London: Belhaven Press, 1992.

Considerando o assunto do texto acima e os conceitos da geografia dos transportes, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo Taaffe, Morrill e Gould, o desenvolvimento da rede de transportes em países em desenvolvimento pode ser modelado em cinco etapas, das quais a última corresponderia à completa interconexão.
- 2 O modelo de estrutura espacial urbana desenvolvido por Hoyt prevê a estruturação das cidades em anéis concêntricos.
- 3 O modelo de estrutura espacial urbana desenvolvido por Harris e Ullman prevê a estruturação das cidades em núcleos múltiplos.
- 4 O modelo gravitacional, utilizado na fase da distribuição de viagens, calcula a massa de deslocamentos entre as zonas mediante o uso de fatores de crescimento.
- 5 No modelo de quatro etapas, a última etapa é dedicada à alocação de viagens.

QUESTÃO 42

No Brasil, o desenvolvimento das ferrovias iniciou-se no Império, sendo que a concessão a investidores particulares serviu de principal instrumento para a política ferroviária. O conhecimento dessa importante fase da história dos transportes é essencial para se entender as origens dos problemas do sistema ferroviário brasileiro. Nesse contexto, julgue os itens abaixo.

- 1 A primeira legislação de concessão de ferrovias apareceu durante a regência Feijó, quando foi promulgado o Decreto n.º 101, prevendo a construção de estradas que, partindo do Rio, demandariam Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. O prazo de concessão seria de quarenta anos.
- 2 O Decreto-lei n.º 641, de 26/6/1852, estendeu a duração da concessão de ferrovias para noventa anos, mas ainda sem estabelecer qualquer garantia de juros.
- 3 Com a promulgação da Lei n.º 2.450/1873, a subvenção por quilômetro ou garantia de juros subiu para o teto de 7% do capital empregado; mas, em contrapartida, o prazo da concessão foi reduzido para trinta anos.
- 4 Após o advento da República, o Decreto n.º 862, de 1890, voltou a estender o prazo da concessão para sessenta anos, retirando-se, contudo, a garantia de juros.
- 5 Data de 1961 a fundação da Rede Ferroviária Federal, consolidando o longo processo de encampação das ferrovias pelo governo federal.

QUESTÃO 43

A evolução do planejamento dos transportes no Brasil possui uma longa trajetória, iniciando ainda no tempo do Império. Entender a atual situação dos transportes e da política setorial requer a consideração das principais etapas históricas dessa evolução. Com relação a essas etapas, julgue os itens seguintes.

- 1 Datam da década de 80 do século XIX os primeiros estudos voltados para a adoção dos planos de viação no Brasil.
- 2 O primeiro plano oficialmente adotado e promulgado por lei foi o Plano de Viação Federal, por força do Decreto n.º 156, de 1890.
- 3 Na Era Vargas, foi adotado um Plano Geral de Viação, sendo criado, nessa ocasião, o Ministério da Viação e de Obras Públicas.
- 4 Apesar da tramitação no Congresso Nacional de um projeto de lei na década de 50 do século passado, nenhum plano de viação foi então adotado, o que só ocorreu em 1964, com a promulgação do Plano Nacional de Viação.
- 5 A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT) foi criada como um colegiado composto pelos ministros extraordinários para o Planejamento e Coordenação Econômica, Fazenda e chefe do Estado Maior das Forças Armadas, cabendo ao ministro da Viação e Obras Públicas a presidência do mesmo.

QUESTÃO 44

No Brasil, a implantação de determinadas vias teve um papel fundamental no desenvolvimento da geografia econômica e social. O conhecimento dos mais importantes marcos históricos a esse respeito leva à compreensão do processo do desenvolvimento nacional e setorial. Nesse contexto, julgue os itens que se seguem.

- 1 A Estrada União e Indústria, construída em função de uma concessão outorgada a Mariano Procópio, foi a primeira estrada brasileira a adotar a técnica construtiva do macadame.
- 2 A Estrada de Ferro D. Pedro II, que tinha por objetivo realizar a ligação da Corte com Minas Gerais e São Paulo, foi construída em virtude de concessão outorgada a Irineu Evangelista de Souza.
- 3 A segunda ferrovia aberta no Brasil foi o trecho entre Recife e Água Preta, da estrada de ferro Recife–São Francisco.
- 4 Em 1959, completou-se a implantação da Rodovia Belém–Brasília, cuja pavimentação foi concluída em 1974.
- 5 A Rodovia Rio–São Paulo foi implantada depois da Segunda Guerra, contando com um primeiro trecho pavimentado entre S. Miguel e Mogi das Cruzes.

QUESTÃO 45

Pode-se conceituar contrato administrativo da seguinte forma: é um tipo de avença travada entre a administração e terceiros na qual, por força de lei, de cláusulas pactuadas ou do tipo do objeto, a permanência do vínculo e as condições preestabelecidas sujeitam-se a imposições de interesse público, ressalvados os interesses patrimoniais do contratante privado. Esses tipos de avença entre entidade pública e terceiro, consoante opinião prevalente dos doutos, apresentam originalidade em relação às congêneres do direito privado, pela circunstância de sua disciplina jurídica sofrer o influxo de um interesse público qualificado a ser, por via deles, satisfeito.

C. A. Bandeira de Mello. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1995 (com adaptações).

A partir do texto acima e da doutrina e legislação dos contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- ❶ No caso de nulidade do contrato administrativo, a declaração de nulidade opera retroativamente, impedindo produção de efeitos jurídicos e até desconstituindo os já produzidos, não sendo devida ao contratado nenhuma indenização.
- ❷ De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, só se admitem as seguintes hipóteses de alteração unilateral pela administração: modificação das especificações e modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.
- ❸ Tanto os contratos e aditamentos quanto os direitos reais relativos a imóveis são lavrados nas repartições e em cartório.
- ❹ Nos contratos administrativos, haverá revisão dos preços em qualquer caso, para mais ou para menos, em virtude de criação, alteração ou extinção de tributos e encargos.
- ❺ A garantia a ser exigida dos contratados poderá atingir no máximo 5% do contrato, a ser atualizado nas mesmas condições, embora nos casos de obras, serviços e fornecimentos comprovadamente de grande vulto, com alta complexidade técnica e risco financeiro, esse teto possa estender-se a 10% do contrato.

QUESTÃO 46

Até o início de 1995, os transportes terrestres brasileiros eram efetuados por meio de 148.000 km de rodovias — federais, estaduais e municipais pavimentadas — e de 28.700 km de vias férreas federais e estaduais. Nesse mesmo ano, foram transportados 377 bilhões de toneladas/km por rodovias e 136,4 bilhões toneladas/km por ferrovias. Em ambos os casos, o controle estatal se traduzia em elevados custos de frete, que, em alguns setores, atingia até 60% do valor do produto. Além disso, era notória a ausência de novos investimentos e a má qualidade dos serviços. Rodovias mal conservadas, destituídas de serviços de apoio aos usuários, e linhas férreas e terminais ferroviários em estado de decomposição e sem condições de uso impediam a redução dos custos e prazos de transporte das cargas, resultando no encarecimento das mercadorias para o consumidor final e na perda da competitividade dos produtos brasileiros destinados à exportação.

Depois da privatização, superadas as dificuldades que marcaram o início das operações privadas, o setor ferroviário de carga está apresentando sinais de recuperação. Pelos números do IBGE, o setor cresceu 37% em 2001 e, pela previsão do Sindicato Interestadual da Indústria de Material e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários (SIMEFRE), o setor deve encerrar 2002 com volume de negócios em torno de US\$ 4 bilhões.

Infra-estrutura Brasil — perfis setoriais. Transporte rodoviário e ferroviário. Internet: <<http://www.infraestruturabrasil.gov.br/perfis/transp.asp>> (com adaptações).

À luz do texto acima e no que se refere à reforma ferroviária, julgue os itens a seguir.

- ❶ De acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, (ANTT), o tráfego mútuo é a modalidade de operação que se dá em decorrência de contrato firmado entre concessionárias, para permitir o transporte ferroviário que ultrapasse os limites geográficos de uma malha, e direito de passagem é aquele que têm as concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de trafegarem nas malhas de outras, mediante remuneração ou compensação pelo uso da infra-estrutura ferroviária.
- ❷ Para efeitos do Regulamento dos Transportes Ferroviários, entende-se por administração ferroviária a empresa privada, o órgão ou entidade pública competentes, que já existam ou venham a ser criados, para construção, operação ou exploração comercial de ferrovias.
- ❸ A empresa ferroviária América Latina Logística (ALL) opera a malha sul da Rede Ferroviária Federal — estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — e as ferrovias argentinas Ferrocarril Mesopotámico General Urquiza (MESO) e Ferrocarril Buenos Aires al Pacífico General San Martín (BAP), conectando São Paulo a Buenos Aires, a Mendoza e ao Oceano Pacífico.
- ❹ De acordo com a ANTT, o desempenho econômico e operacional das empresas concessionárias do serviço de transporte ferroviário de carga das malhas originárias da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) é apurado pelo cálculo da média ponderada dos seguintes indicadores: percentual das metas de produção; percentual das metas de redução no número de acidentes; percentual de investimento realizado; crescimento do produto tku/funcionários; crescimento da receita por funcionários; taxa de cobertura operacional; taxa de cobertura total; e satisfação do usuário.
- ❺ Por força de lei, a RFFSA e a Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A., como detentoras do controle das ações da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A., foram autorizadas a efetuar a cisão da CBTU, mediante a criação de novas sociedades constituídas para esse fim, cujo objeto social seria, em cada caso, a exploração de serviços de transporte ferroviário coletivo de passageiros, urbano e suburbano, respectivamente nos estados e municípios onde esses serviços são atualmente prestados.

QUESTÃO 47

Na indústria de construção naval, a evolução da produção sempre foi caracterizada por ciclos muito nítidos. Entre as características do setor estão a inelasticidade da oferta a curto prazo e o fato de que a produção representa apenas uma pequena percentagem da frota mercante mundial e, conseqüentemente, qualquer flutuação na demanda por novos navios tem impacto ampliado sobre a demanda por novas construções. Esse fenômeno é particularmente pronunciado na indústria naval em função da longa vida do produto e da própria volatilidade da demanda por navios.

Política governamental e competitividade da indústria brasileira de construção naval — evolução, estrutura e diagnóstico. Brasília: GEIPOT, 1999 (com adaptações).

A respeito da atual situação da construção naval brasileira, e considerando o texto acima, julgue os itens seguintes.

- ❶ O agente financeiro do Fundo de Marinha Mercante é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- ❷ Os contratos de financiamento do Fundo de Marinha Mercante são indexados pela taxa referencial (TR).
- ❸ No Fundo de Marinha Mercante, a carência para o caso do financiamento da construção de embarcações é de até cinco anos.
- ❹ Em termos de área total e porte máximo de embarcação que pode ser construída, o estaleiro Verolme mantém a liderança, embora seja a Ishibrás aquela que detém a maior capacidade de produção.
- ❺ Pela Lei n.º 8.402/1992, a indústria naval ficou desonerada do imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre materiais nacionais ou importados, do imposto de importação de insumos e do IPI na saída da embarcação.

QUESTÃO 48

A compreensão da situação legal dos transportes não se obtém somente pela leitura dos diplomas legais isolados; é necessário recorrer a noções mais amplas dos direitos constitucional, administrativo e civil. Nesse contexto, julgue os itens abaixo.

- ❶ O reconhecimento dos direitos da administração quando da rescisão administrativa constitui uma das cláusulas obrigatórias de qualquer contrato administrativo.
- ❷ Entre outras características, o contrato administrativo distingue-se do contrato do direito privado pelo fato de a administração poder instabilizar o vínculo, seja alterando unilateralmente o que foi pactuado a respeito das obrigações do contratante, seja extinguindo unilateralmente o vínculo.
- ❸ No Brasil, dado o poder exorbitante da administração pública, o contrato administrativo não pode ser rescindido unilateralmente pelo contratado.
- ❹ Revestem-se do *status* jurídico de serviços públicos os monopólios da União previstos na Constituição da República.
- ❺ A ocorrência de fatos imprevisíveis, anormais, alheios à ação dos contraentes, e que tornem o contrato ruinoso para uma das partes, acarreta situação que não pode ser suportada unicamente pelo prejudicado.

QUESTÃO 49

Ao contrário dos particulares, que dispõem de ampla liberdade quando pretendem adquirir, alienar, locar bens, contratar a execução de obras ou serviços, o poder público, para fazê-lo, necessita adotar um procedimento preliminar rigorosamente determinado e preestabelecido na conformidade da lei. Tal procedimento denomina-se licitação.

Licitação — em síntese — é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em travar com elas determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na idéia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessárias ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir, em que se presume, como regra, duas fases fundamentais (sem prejuízo de outras subdivisões): uma, a da demonstração de tais atributos, chamada habilitação, e outra, concernente à apuração da melhor proposta, que é o julgamento.

C. A. Bandeira de Mello. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1995 (com adaptações).

Em face do texto acima e quanto à legislação e à doutrina referente a licitações, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O projeto básico consiste do conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar obra ou serviço, que assegurem viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilitem a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.
- ❷ A emergência ou a calamidade pública enseja a inexigibilidade da licitação.
- ❸ Os documentos exigíveis para fins de habilitação são os relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira.
- ❹ Se o valor estimado do objeto de uma licitação ou de um conjunto de licitações sucessivas ou simultâneas exceder cem vezes o limite do previsto para a obrigatoriedade de concorrência para obras e serviços, o procedimento licitatório incluirá, obrigatoriamente, uma audiência pública.
- ❺ Constituem licitações de grande vulto aquelas em que os valores estimados para as obras, compras e serviços excedam cem vezes o limite a partir do qual é exigida concorrência para obras e serviços de engenharia.

QUESTÃO 50

Concessão de serviço público é o instituto pelo qual o Estado atribui o exercício de um serviço público a alguém que aceita prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo poder público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço.

Idem, ibidem.

A propósito da doutrina e da legislação que regem o instituto da concessão, apresentado no texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Os itens acerca dos quais o art. 175 da Constituição da República haveria de dispor são: regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; os direitos dos usuários; e a obrigação de manter serviço adequado.
- ❷ Admitidos os consórcios em um edital de licitação para a concessão de serviço público, esses devem já estar constituídos e registrados no momento da licitação.
- ❸ De acordo com a Lei n.º 8.987/1995, a outorga de subconcessão é igualmente precedida de concorrência.
- ❹ No caso de intervenção em concessionária de serviço público, o interventor tem um prazo de 180 dias para a conclusão do procedimento administrativo.
- ❺ As hipóteses de extinção do contrato são as seguintes: advento do termo contratual, encampação, caducidade e rescisão, anulação e falência ou extinção da concessionária.

QUESTÃO 51

A Lei n.º 10.233/2001 introduziu a reforma administrativa no setor de transportes, no que tange às instituições federais. O setor viu emergirem as agências reguladoras, conforme já tinha ocorrido antes com outras infra-estruturas. Além das agências, a lei criou o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e detalhou algumas normas específicas para a regulamentação dos transportes. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- ❶ O Sistema Nacional de Viação (SNV) é constituído pela infra-estrutura viária e pela estrutura operacional dos diferentes meios de transporte de pessoas e bens, sob jurisdição da União.
- ❷ Os casos em que se aplica a autorização são o transporte rodoviário de passageiros, sob regime de afretamento, e a construção e operação de terminais portuários privativos.
- ❸ Em qualquer caso é vedada a transferência da titularidade das outorgas de autorização, concessão ou permissão.
- ❹ As permissões a serem outorgadas pela ANTT e pela ANTAQ aplicar-se-ão à prestação regular de serviços de transporte de passageiros que independam da exploração da infra-estrutura utilizada e não tenham caráter de exclusividade ao longo das rotas percorridas.
- ❺ As hipóteses previstas para a extinção de autorização são renúncia, anulação, cassação e fim do prazo de vigência.

QUESTÃO 52

Os antigos sistemas regulatórios falharam ao lidar com o problema regulatório central que surge no setor de transportes e em outras infra-estruturas (tais como telecomunicações, energia elétrica e serviços postais): a mistura de elementos competitivos e monopolísticos na oferta. Na verdade, em alguns países onde o setor privado vem atuando na oferta desses serviços, a regulação inadequada desse conflito impediu a competição na prestação de serviços, restringindo os benefícios das economias de densidade e de escopo, retardando a inovação, levando a serviços ineficientes e prejudicando o interesse público — ou proporcionou a poucos agentes privados a possibilidade de ganhos financeiros estratosféricos.

N. Castro. Privatização do setor de transportes no Brasil. In: A privatização no Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 2000 (com adaptações).

Considerando as informações do texto acima e o contexto da política brasileira de privatização do setor de transportes e da respectiva legislação, julgue os itens seguintes.

- ❶ O prazo de concessão das ferrovias, previsto no edital de privatização, é de 35 anos, admitindo-se uma prorrogação.
- ❷ Os editais estabeleceram a obrigação do grupo controlado da sociedade a alienar aos empregados da RRFSA até 10% de cada espécie das ações que constituírem o capital e, ainda, a manter o controle acionário para um acionista não deter mais que 20% do capital votante — 40% no caso da malha nordeste — ao longo do prazo da concessão, salvo autorização do poder concedente.
- ❸ Nos casos de privatização, em que os serviços públicos são prestados por pessoas jurídicas sob controle direto ou indireto da União, e em que a privatização é promovida simultaneamente com a outorga de nova concessão ou com a prorrogação das concessões existentes (exceto quanto aos serviços públicos de telecomunicações), é facultado ao poder concedente outorgar novas concessões sem efetuar a reversão prévia dos bens vinculados ao respectivo serviço público.
- ❹ Nas concessões rodoviárias federais, a equação do equilíbrio econômico-financeiro do concessionário foi definida pelo caderno de encargos da licitação e pela estrutura tarifária proposta pela vencedora da licitação, tendo sido prevista garantia de volume de tráfego.
- ❺ Na reestruturação dos serviços públicos concedidos para fins de privatização, não é facultado à União promover cisões, fusões, incorporações ou transformações societárias dos concessionários de serviços públicos sob o seu controle direto ou indireto.

QUESTÃO 53

Julgue os itens que se seguem, relativos aos transportes urbanos.

- ❶ A denominação ônibus híbrido aplica-se geralmente aos veículos que utilizam um pequeno motor a diesel convencional, acoplado a um gerador de eletricidade, que aciona um ou vários motores elétricos embarcados, além de alimentar uma ou mais baterias de atendimento a sobrecargas na demanda de energia.
- ❷ A energia em um sistema de monotrilhos do tipo ALWEG é transmitida por meio de dois trilhos energizados instalados nos dois lados da viga, sendo que a própria viga de concreto serve de terra.
- ❸ Enquanto o bonde sob pneus desenvolvido pela Bombardier é guiado por um trilho óptico, no sistema CiViS desenvolvido pela Irisbus, o veículo é guiado por um trilho metálico central.
- ❹ O Projeto Padron foi desenvolvido pela Mercedes-Benz e visou estabelecer um modelo de ônibus que otimizasse o conforto do passageiro e os procedimentos de embarque e desembarque e de circulação no interior do veículo.
- ❺ O Projeto COMONOR foi desenvolvido em Salvador e visou produzir economia de tempo de parada, fazendo que os ônibus circulassem em comboios ordenados por grupos de linhas.

QUESTÃO 54

Em relação ao Código Brasileiro de Aeronáutica — Lei n.º 7.565/1986 — e a aspectos do setor aeroportuário brasileiro, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O Aeroporto de Guarulhos é o primeiro do país em número de operações, tendo registrado, em 2001, mais de 200.000 movimentos de pouso e decolagem.
- ❷ O Sistema de Busca e Salvamento (SISSAR) é um dos componentes do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), subordinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).
- ❸ Consideram-se heliportos os aeródromos destinados exclusivamente a helicópteros; e helipontos, os heliportos privados.
- ❹ A operação e a exploração de aeroportos e heliportos, bem como dos seus serviços auxiliares, constituem atividade monopolizada da União, em todo o território nacional, ou das entidades da administração federal indireta, dentro das áreas delimitadas nos atos administrativos que lhes atribuírem bens, rendas, instalações e serviços.
- ❺ Dispensa-se do regime de concorrência pública a utilização de áreas aeroportuárias pelos concessionários ou permissionários dos serviços aéreos públicos, para suas instalações de despacho, escritório, oficina e depósito, ou para abrigo, reparação e abastecimento de aeronaves.

QUESTÃO 55

No que se refere ao setor de transporte marítimo e à respectiva legislação, julgue os itens a seguir.

- ❶ Com a promulgação da Lei de Modernização dos Portos, abriu-se a possibilidade de terminais privativos, localizados dentro ou fora de área de porto organizado, movimentarem cargas de terceiros, com isenção do pagamento do adicional da tarifa portuária.
- ❷ Cabe, em cada porto, ao respectivo Conselho de Autoridade Portuária (CAP) exercer a função de órgão regulador, promovendo o cumprimento das normas de defesa da concorrência no interior do porto.
- ❸ O Órgão Gestor da Mão-de-Obra (OGMO) de um porto possui um conselho de supervisão formado por operadores e trabalhadores e uma diretoria executiva composta exclusivamente por operadores portuários.
- ❹ Compete exclusivamente ao OGMO selecionar e registrar o trabalhador portuário avulso.
- ❺ O serviço de praticagem será exercido exclusivamente por práticos organizados em associações ou contratados por empresas.

QUESTÃO 56

No tocante ao planejamento operacional e à programação da operação de serviços de transporte público de passageiros, julgue os itens abaixo.

- ❶ O gráfico de marcha de uma linha representa o conjunto das trajetórias no espaço e no tempo dos serviços de uma linha em um determinado período.
- ❷ O tempo de ciclo de uma viagem é obtido pela soma do tempo de viagem de ida com o tempo de viagem de volta.
- ❸ O índice de passageiros por quilômetro de um sistema é obtido pela divisão da quantidade total de passageiros do sistema em um determinado período pela quilometragem total percorrida nesse período.
- ❹ O índice de renovação de uma linha na viagem típica de um período de referência obtém-se pela divisão do número total de passageiros na viagem de referência pela respectiva ocupação crítica.
- ❺ Em uma viagem, o número de passageiros no interior do veículo nos diversos trechos da linha é obtido pelos resultados da pesquisa de catraca.

QUESTÃO 57

A convenção das Nações Unidas sobre Transporte Multimodal Internacional de Mercadorias define transporte multimodal como sendo o transporte de mercadorias por pelo menos duas modalidades diferentes com base em um contrato de transporte multimodal, a partir de um local do país de onde as mercadorias são levadas por conta do operador de transporte multimodal para outro local de entrega designado em outro país diferente. Com relação ao transporte multimodal de cargas e à sua logística, julgue os itens seguintes.

- 1 O transporte multimodal de cargas compreende, além do transporte em si, os serviços de coleta, movimentação, armazenagem e entrega de carga ao destinatário, bem como a realização dos serviços correlatos que forem contratados entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental de cargas.
- 2 Cabe ao operador de transporte multimodal emitir o conhecimento de transporte multimodal de carga.
- 3 Tanto o expedidor quanto qualquer subcontratado para a realização do transporte multimodal assumem a responsabilidade subsidiária perante a fazenda nacional, pelo crédito tributário exigível.
- 4 Com exceção do Paraguai, onde a padronização do paleta ainda não foi concluída, todos os países do MERCOSUL e o Chile aderiram ao padrão 1.000 mm × 1.200 mm para os paletes.
- 5 São elementos de uma cadeia de suprimento típica de uma indústria os fornecedores de matéria-prima, os fabricantes de componentes, a indústria principal, os atacadistas e distribuidores e os varejistas.

QUESTÃO 58

No tocante ao tráfego aéreo e à legislação pertinente, julgue os itens seguintes.

- 1 Até que o sistema global de navegação por satélite (GNSS) definitivo não seja implantado, prevalecerá a concepção operacional do sistema global de navegação por satélite transitório (GNSS-T).
- 2 As empresas de transporte aéreo regular deverão registrar no DAC, para fins de monitoramento, os valores de suas tarifas, no máximo, até o décimo dia útil após a data de início de sua aplicação, sendo que o DAC estabelecerá índices tarifários líquidos de referência, calculados com base nos custos operacionais médios da indústria brasileira de transporte aéreo regular, para fins de acompanhamento da evolução dos níveis tarifários praticados no transporte aéreo doméstico.
- 3 Após a introdução do regime de liberdade tarifária, o DAC passou a manter o acompanhamento constante das tarifas aéreas praticadas, porém preservou o poder de intervir no mercado, bem como nas concessões dos serviços aéreos regulares, a fim de coibir atos contra a ordem econômica e assegurar o interesse dos usuários.
- 4 Independem de autorização a entrada e o tráfego, no espaço aéreo brasileiro, de aeronave dedicada a serviços aéreos públicos previstos em acordo bilateral.
- 5 Os serviços aéreos públicos subdividem-se em serviços regulares ou não-regulares, domésticos ou internacionais de transporte aéreo público de passageiro, de carga ou mala postal.

QUESTÃO 59

As infra-estruturas são comumente tidas como monopólios naturais. Isso é, elas raramente comportam competição aberta, dada sua estrutura de custos com forte presença de custos fixos e enterrados, seus decorrentes custos médios decrescentes e sua característica subaditividade de custos. Por isso, qualquer concorrência, além de ser ruinosa, implicaria custos de produção superiores aos que ocorreriam, se fosse mantida a estrutura com apenas um produtor.

De maneira geral, o Estado passa a controlar preços, o acesso à atividade ou até quantidades de produção, sobretudo nas infra-estruturas tidas como serviços públicos essenciais. Ou, inversamente, ele tenta quebrar a estrutura naturalmente monopolista, impondo separações entre diversos estágios do processo produtivo (política de *unbundling*). Em casos excepcionais, o Estado pode assumir uma atitude mais radical, como a produção direta de bens e serviços, sobretudo se não existe nenhum capital privado disposto a assumir a produção tida como essencial para a sociedade, nem em termos de monopólio natural e institucionalizado. Todos esses instrumentos, que aliás são extremamente variados e permitem diversas nuanças quanto ao grau de intervenção estatal, são resumidos pela economia da regulação como regulação econômica.

J. Dourado *et al.* Construindo modelos de relações institucionais e reguladoras no transporte público urbano. In: Revista de Transporte Público. v. 94, 2002 (com adaptações).

Acerca do assunto do texto e no contexto da economia da regulação, julgue os itens que se seguem.

- 1 Do ponto de vista da economia de regulação, os bens públicos não constituem falhas de mercado.
- 2 Os monopólios naturais temporais podem se desfazer quando uma inovação tecnológica provoca um rebaixamento na curva dos custos médios ao ponto de essa cruzar a curva da demanda fora de sua fase descendente, ou quando há um deslocamento da curva de demanda para cima, ao ponto de ela cruzar a curva dos custos médios fora da fase descendente.
- 3 Um exemplo de tarifação pelo custo marginal é a planilha tarifária adotada no transporte público coletivo urbano, tal como recomendado pelo manual de cálculo tarifário elaborado pelo GEIPOP.
- 4 Os monopólios multiprodutos se viabilizam em virtude da economia de escopo.
- 5 Em casos de bens públicos em que não há rivalidade no consumo, qualquer estabelecimento de um preço acima de zero implica uma ineficiência, pois o custo marginal provocado pelo consumidor adicional é nulo.

QUESTÃO 60

O estudo dos eixos introduz aspectos inovadores, como a visão integrada utilizada, ou seja, o desenvolvimento deve ser feito focando também aspectos sociais, meio ambiente e informação e conhecimento, além da infra-estrutura. E também por meio da integração entre as diversas regiões, destacando assim os efeitos multiplicadores e as externalidades geradas pelos investimentos. O objetivo inicial do trabalho foi a identificação de oportunidades de investimentos públicos e(ou) privados nas áreas de influência dos eixos em setores considerados essenciais para o desenvolvimento econômico e social, servindo também como uma orientação para investimentos futuros.

B. Nasser. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. In: Revista do BNDES. Rio de Janeiro: BNDES, v. 7, n.º 14, p. 145-178, dez., 2000 (com adaptações).

As últimas gerações dos Planos Plurianuais de Investimento da União têm tido por base a noção de eixos nacionais de integração e desenvolvimento, resultantes de um estudo contratado pelo governo federal a um consórcio de consultores, sob a supervisão das equipes do BNDES e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A respeito do estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento e de sua implementação, e à luz do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Entende-se como área de influência de um eixo a região complementar definida a partir das espacialidades das relações sociais, no sentido amplo, presentes nas imediações das vias de transporte e cuja lógica se reflete no conjunto de assentamentos humanos (cidades) e sua hierarquia peculiar.
- 2 Além das etapas do marco inicial e da síntese com recomendações para a implementação, o estudo dos eixos compreendeu as seguintes tarefas: delimitação geográfica dos eixos; caracterização e análise dos eixos; análise da integração nacional e internacional dos eixos; porta-fólio de investimentos públicos e(ou) privados; análise prospectiva e porta-fólio de investimentos privados complementares ou relacionados aos oito empreendimentos do Programa Brasil em Ação.
- 3 Uma vez concluída a etapa da delimitação geográfica dos eixos, o estudo passou para a caracterização e análise dos eixos, tarefa essa que se iniciou com a construção de uma visão nacional a partir dos seguintes planos de análise: dinâmica econômica espacializada; infra-estrutura econômica (transportes, energia, comunicações); aspectos sociais (dinâmica social, dinâmica demográfica); informação e conhecimento e meio ambiente.
- 4 Terminada a fase da visão nacional, da tarefa da caracterização e análise dos eixos, passou-se para a construção da visão dos eixos, que se inicia, para cada um deles, com o estudo da evolução recente e da situação atual, segundo os diversos aspectos: econômicos (incluindo infra-estrutura econômica), sociais, de informação e conhecimento e ambientais, sendo que, na descrição da situação na infra-estrutura de transportes, em particular da logística de cadeias produtivas, os seguintes produtos foram selecionados: granéis agrícolas e fertilizantes; minérios e produtos siderúrgicos; madeira, papel e celulose; cimento e seus insumos.
- 5 Na tarefa da elaboração do porta-fólio de investimentos públicos e(ou) privados em infra-estrutura econômica, desenvolvimento social, informação e conhecimento, foram realizadas as seguintes atividades: identificação de investimentos-candidatos; seleção de projetos-âncora; desenvolvimento de agrupamentos de investimentos; priorização dos agrupamentos e elaboração do porta-fólio.

QUESTÃO 61

Com relação à defesa da concorrência e à economia da regulação antitruste, julgue os itens subsequentes.

- 1 A restrição à competição provocada por monopólios leva à ineficiência alocativa, produtiva e dinâmica, essa última significando que o produtor não está pressionado para diminuir seus custos.
- 2 A prática de *dumping* significa a adoção de um preço abaixo do custo marginal ou mesmo do custo médio (variável ou total), para inviabilizar a concorrência.
- 3 Na estratégia de precificação-limite, a empresa dominante adota um preço e uma escala de produção que desencoragem a entrada de novos produtores no mercado.
- 4 As infrações da ordem econômica denominadas na Lei de Defesa da Concorrência são limitar, falsear, ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; dominar mercado relevante de bens ou serviços e aumentar arbitrariamente os lucros.
- 5 As decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ainda comportam revisão no âmbito do Poder Executivo.

QUESTÃO 62

Ainda no contexto dos estudos dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento e do Plano Plurianual 2000-2003 (PPA), julgue os itens abaixo.

- 1 O trecho rodoviário da BR-135, de Barreiras-BA a Gilbués, no sudoeste piauiense, servindo ao escoamento da soja de ambas as regiões, foi identificado como um dos gargalos de infra-estrutura rodoviária no Eixo São Francisco.
- 2 De acordo com o novo Manual de Avaliação do PPA, o processo de avaliação desdobra-se em duas etapas: a primeira, de responsabilidade do gerente, compreende a identificação dos resultados do programa junto à sociedade, a análise do desempenho físico/financeiro de suas ações e a adequação da concepção/execução do programa ao atingimento dos resultados esperados; a segunda, elaborada pelos responsáveis pelo planejamento, coordenação do gerenciamento e gerentes de programas de gestão de políticas setoriais, tem por finalidade avaliar os resultados dos programas, tendo como referência as orientações estratégicas do presidente da República e as orientações estratégicas setoriais. Os demais poderes da União deverão seguir as diretrizes dos seus respectivos planejamentos.
- 3 No Relatório Anual de Avaliação do Exercício de 2000, consta como um dos principais resultados alcançados no Programa Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros o início das obras do metrô de Salvador, trecho Lapa-Pirajá, sendo que todas as obras e equipamentos necessários foram licitados em 2000, inclusive a concessão à iniciativa privada da operação do futuro sistema.
- 4 No caso de o Poder Executivo propor a inclusão de programa adicional no PPA, o respectivo projeto de lei específico deverá conter, no mínimo, diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto e a indicação dos recursos que financiarão o programa proposto.
- 5 O envio de projeto de lei específico faz-se igualmente necessário nos casos de inclusão, exclusão e alteração que não envolvam recursos do orçamento da União.

QUESTÃO 63

Desde 1997, o país dispõe de um novo Código de Trânsito — Lei n.º 9.503/1997 —, que, entre outros aspectos, reordenou a estrutura administrativa da gestão de trânsito. Com base nessa lei, julgue os itens seguintes.

- ❶ As classes de sinais de trânsito são verticais, horizontais, luminosos e gestos do agente de trânsito e do condutor.
- ❷ Compete ao DENATRAN autorizar, em caráter experimental e por período prefixado, a utilização de sinalização não-prevista no Código Brasileiro de Trânsito.
- ❸ É de 10% o percentual do total dos valores arrecadados destinados à previdência social, do prêmio do seguro obrigatório de DPVAT, que será repassado mensalmente ao coordenador do sistema nacional de trânsito para aplicação exclusiva em programas referentes à educação de trânsito.
- ❹ Compete ao CONTRAN vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa, e licenciar veículos, expedindo o certificado de registro e o licenciamento anual.
- ❺ Apenas o órgão ou a entidade executiva de trânsito dos estados e do Distrito Federal poderão emitir autorização para a circulação, nas vias, dos veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares.

QUESTÃO 64

No tocante aos acordos internacionais que regem o setor de transportes, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Conforme o Acordo sobre Transporte Marítimo entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, os transportadores nacionais de cada parte devem ter, em qualquer caso, acesso igual e não-discriminatório às cargas prescritas da outra parte, para transporte em navios próprios ou afretados por aqueles transportadores.
- ❷ Conforme o Decreto n.º 3.411/2000 — Transporte Multimodal de Cargas —, na determinação do crédito tributário, será considerado o valor aduaneiro, apurado segundo o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT – 1994), e, tratando-se de mercadoria nacional, o valor constante da nota fiscal, conforme disposto na regulamentação do IPI.
- ❸ Conforme legislação produzida a partir da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, substância nociva significa qualquer substância que, se despejada no mar, é capaz de gerar riscos para a saúde humana e danificar os recursos biológicos e a vida marinha.
- ❹ A disposição, na lei brasileira, de que os passaportes diplomáticos e oficiais têm prazo de validade diferenciado em função da missão do portador e de que os passaportes comuns têm validade por cinco anos improrrogáveis constitui uma das diferenças entre os regulamentos e as práticas do Brasil e as disposições da décima edição do Anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional referente à facilitação.
- ❺ Uma diferença da prática brasileira com relação às disposições da décima edição do Anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional referente à facilitação é que, no Brasil, não cumpre ao transportador orientar o passageiro estrangeiro quanto ao correto preenchimento do cartão de entrada e saída e demais procedimentos correlatos.

QUESTÃO 65

A respeito do desenvolvimento urbano, em especial das regras estabelecidas pela Lei n.º 10.257/2001 — Estatuto da Cidade —, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ No caso de usucapião especial de imóvel urbano, o herdeiro legítimo continua, em qualquer caso, de pleno direito, com a posse de seu antecessor.
- ❷ O direito de preempção confere ao poder público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares e só poderá ser exercido nas seguintes hipóteses: regularização fundiária; execução de programas e projetos habitacionais de interesse social; constituição de reserva fundiária; ordenamento e direcionamento da expansão urbana; implantação de equipamentos urbanos e comunitários; criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental e proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.
- ❸ O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis, concessão essa que só poderá ser gratuita.
- ❹ O coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área do terreno.
- ❺ As operações urbanas consorciadas terão sua respectiva área delimitada por lei municipal específica, com o seguinte conteúdo mínimo: definição da área a ser atingida; programa básico de ocupação da área; finalidades da operação; estudo prévio de impacto de vizinhança; e contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados.

QUESTÃO 66

Nos anos 80 do século passado, as principais transformações espaciais da economia brasileira foram decorrência dos novos padrões de localização da atividade produtiva, a saber: desconcentração industrial, agroindustrialização, modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola. Essas transformações determinaram mudanças no processo de urbanização, que têm como conseqüências principais

- ❶ aumento acentuado da concentração industrial na região metropolitana de São Paulo.
- ❷ taxas médias de crescimento das cidades de porte médio mais elevadas que as das metrópoles, com exceção do Nordeste.
- ❸ intensificação do fenômeno de formação de aglomerações urbanas não-metropolitanas, com percentuais crescentes do conjunto da população.
- ❹ maior adensamento nos núcleos das regiões metropolitanas *vis-à-vis* os municípios periféricos dessas regiões.
- ❺ continuidade no processo de dispersão espacial de pequenos centros urbanos.

QUESTÃO 67

Na Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), realizada em Istambul, em 1996, a posição brasileira foi a de enfatizar mudanças no conceito de moradia, não mais restringindo-a à edificação, para inseri-la no contexto mais amplo de *habitat*. Com isso, as novas características definidoras da política urbana incluem

- ❶ o princípio da função social da propriedade e, de forma reflexa, da função social da cidade.
- ❷ o direito à urbanização, à regularização e à titulação de assentamentos subnormais.
- ❸ o acesso à moradia digna como um direito humano.
- ❹ as condições de salubridade, segurança e acesso aos serviços sociais urbanos.
- ❺ a garantia de moradia junto aos locais de trabalho.

QUESTÃO 68

Segundo alguns autores, dois dos maiores problemas de gestão nas cidades latino-americanas, e nas brasileiras, em particular, são: retenção especulativa da terra urbanizada (especulação fundiária), com todas as suas implicações (impossibilidade de acesso à terra urbanizada pelas famílias de baixa renda e padrões ineficientes de uso do solo) e a falta de oferta de novas terras urbanizadas. Como administrador público, e à luz do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), os instrumentos adequados ao enfrentamento direto desses problemas incluem

- ❶ transferência do direito de construir.
- ❷ operação urbana consorciada.
- ❸ usucapião especial urbano.
- ❹ IPTU progressivo.
- ❺ direito de superfície.

QUESTÃO 69

O déficit habitacional urbano, no Brasil, é devido à falta de moradias e à inadequação das moradias existentes. Os fatores que determinam a falta de moradias incluem domicílios

- ❶ com famílias em coabitação.
- ❷ depreciados pelo tempo de uso.
- ❸ com adensamento excessivo.
- ❹ rústicos.
- ❺ carentes de infra-estrutura básica.

QUESTÃO 70

Os componentes permanentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) incluem o(s)

- ❶ Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).
- ❷ Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).
- ❸ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- ❹ Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS).
- ❺ Orçamento Geral da União (OGU).

QUESTÃO 71

O objetivo principal de um sistema de abastecimento de água é a garantia do fornecimento de água com segurança às populações, o que deve ser previsto na fase de planejamento e projeto do sistema. Com relação a esse aspecto, julgue os itens a seguir.

- ❶ Para evitar o colapso estrutural de tubulações, peças e equipamentos do sistema, devem ser garantidas pressões mínimas de água na rede de distribuição.
- ❷ Os organismos pertencentes ao grupo coliforme são considerados organismos patogênicos de veiculação hídrica e, como tal, não podem estar presentes na água fornecida para a população.
- ❸ Na rede de distribuição de água, é proibida a colocação de registros de descarga, principalmente nos pontos situados em cotas mais baixas, para evitar perdas de água e contaminação por manipulação indevida dos registros.
- ❹ O cloro pode ser utilizado para tratamento da água de abastecimento público e para a proteção da rede contra eventuais contaminações da água entre a distribuição e o consumo.
- ❺ A concepção da rede de distribuição de água em anel é bastante recomendada, por proporcionar facilidade de operação e manutenção do sistema de abastecimento, além da maior uniformidade de pressões em toda a rede.

QUESTÃO 72

Em uma cidade em que ainda não há o sistema de esgotamento sanitário, os órgãos responsáveis estão realizando um estudo para planejamento e concepção do futuro sistema de coleta, tratamento e disposição de esgotos. Acerca dessa tarefa, julgue os itens seguintes.

- ❶ O sistema de esgotos no nível individual (para atendimento individual por lote ou família) deve ser descartado do estudo de concepção como alternativa de solução.
- ❷ O sistema de esgotos conhecido como separador absoluto — uma rede para esgotos sanitários e outra para as águas pluviais — é um dos sistemas recomendáveis para a solução definitiva para os esgotos da cidade.
- ❸ O sistema condominial de esgotos, em que se formam associações de moradores como unidade de esgotamento, não deve ser levado em conta no estudo de concepção, pelo seu alto custo de operação e manutenção.
- ❹ O sistema de esgotamento a vácuo é uma alternativa que deve ser estudada, caso a cidade possua topografia com baixa declividade, lençol freático alto, ou solo estruturalmente instável ou rochoso.
- ❺ O sistema conhecido como transporte de esgoto decantado, que emprega fossas sépticas, pode ser uma alternativa viável para solução do esgotamento da cidade, a depender do seu porte.

QUESTÃO 73

A respeito do manejo integrado de resíduos sólidos, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Segundo a Norma ABNT 10.004/1987, os resíduos sólidos pertencentes à Classe I são aqueles que, em função de suas propriedades físicas, químicas ou infectocontagiosas, podem apresentar riscos à saúde pública ou ao meio ambiente, ou ainda aqueles inflamáveis, corrosivos, reativos, tóxicos ou patogênicos.
- ❷ Lixo séptico ou resíduos infectantes são os termos utilizados para definir o lixo ou resíduos provenientes de unidades de serviços de saúde, destinados à prestação de assistência sanitária à população, tais como farmácias, clínicas médicas, odontológicas e veterinárias, laboratórios de análises clínicas, hospitais e assemelhados.
- ❸ As empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos são obrigadas a coletar e dar destinação final ambientalmente adequada aos pneus inservíveis, existentes no território nacional, em uma proporção da quantidade de pneus fabricada ou importada.
- ❹ Os resíduos sólidos provenientes de portos, aeroportos e estabelecimentos de saúde devem obrigatoriamente ser incinerados.
- ❺ A lei pertinente determina, sem ressalvas, a proibição de disposição dos resíduos sólidos por meio de aterros, para evitar a contaminação do solo e das águas subterrâneas.

QUESTÃO 74

As inundações são responsáveis por verdadeiras catástrofes, principalmente em meio urbano. No combate às inundações, entre outras ações, inserem-se o projeto e a construção de um sistema de drenagem urbana. Com referência ao projeto do sistema de drenagem urbana, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Inexistindo outros fatores interferentes, valores maiores do índice de conformação da bacia contribuinte indicam uma maior potencialidade de produção de picos de cheia elevados.
- ❷ Inexistindo outros fatores intervenientes, valores maiores do índice de compactidade da bacia contribuinte indicam maior potencialidade de produção de picos de cheia elevados.
- ❸ Quanto maior for o valor adotado no projeto para o período de retorno ou tempo de recorrência, maior será o valor da vazão de pico de projeto e, conseqüentemente, mais cara e mais segura será a obra.
- ❹ No projeto do sistema de drenagem urbana, as bacias de dissipação podem ser adotadas para reduzir as ondas de cheia produzidas pelas águas precipitadas em chuvas intensas de curta duração.
- ❺ A altura das guias nas vias públicas tem razão apenas estética e de limpeza pública e não influencia o projeto do sistema de drenagem urbana.

QUESTÃO 75

A despeito das inúmeras críticas que amealhou durante a sua existência, vários autores e pesquisadores da matéria concordam que o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANASA), criado em 1971, foi a experiência mais importante de implantação no Brasil de uma política nacional de saneamento. Acerca do PLANASA, julgue os seguintes itens.

- ❶ Segundo o PLANASA, a competência de formulação de uma política local de saneamento era atribuída basicamente aos municípios.
- ❷ Segundo o PLANASA, as diretrizes da política nacional de saneamento embasavam-se em princípios como descentralização progressiva, participação da comunidade, planejamento integrado com outras políticas e eficiência de gerenciamento.
- ❸ O Ministério do Interior, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH), coordenou e controlou a execução do PLANASA, tendo sido constituído um fundo para a implementação da política nacional de saneamento, o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS).
- ❹ O FGTS, criado em 1965, constituiu a principal fonte de recursos financeiros para o PLANASA.
- ❺ Uma das diretrizes operacionais do PLANASA foi a implementação concomitante, em uma mesma comunidade, dos sistemas de abastecimento de água e de esgotos.

QUESTÃO 76

O Decreto n.º 895, de 16/8/1993, dispõe acerca da organização do Sistema Nacional de Defesa Civil. Suponha que, em um município, estejam ocorrendo enchentes com inundações de grandes áreas e graves conseqüências para a população. Em face dessa situação e à luz do citado decreto, julgue os itens a seguir.

- ❶ Tendo em vista as graves conseqüências sociais das enchentes, cabe ao presidente da República decretar o estado de calamidade pública e situação de emergência no município.
- ❷ Cabe à Secretaria de Defesa Civil opinar sobre os relatórios e pleitos do município relativos à situação de emergência e ao estado de calamidade pública.
- ❸ As atividades assistenciais e de recuperação no município, em função do desastre ocorrido ou em curso, são de responsabilidade da União, atuando os órgãos estaduais e municipais em caráter supletivo.
- ❹ Uma vez configurada a atuação dos órgãos federais, estaduais e municipais na área do município atingida pela enchente, a coordenação das ações pode ser realizada pela Comissão Municipal de Defesa Civil.
- ❺ Comprovada a necessidade, caberá ao Conselho Nacional de Defesa Civil liberar recursos do Fundo Especial para Calamidades Públicas, para o atendimento das necessidades do município atingido.

QUESTÃO 77

O saneamento adquire características especiais em situações de calamidade pública, tais como a ocorrência de inundações, furacões, terremotos, incêndios, epidemias, contaminações ambientais, bombardeios etc. Essas características devem ser levadas em conta no estabelecimento do plano de combate à calamidade. No caso específico das inundações, calamidade climática mais comum no Brasil, são necessárias algumas medidas profiláticas de algumas doenças passíveis de ocorrerem em função do desastre. Quanto a esse aspecto, julgue os itens seguintes.

- ❶ Logo após o término da enchente, torna-se alta a probabilidade de contágio da água pela urina e fezes dos ratos, com possibilidade de incidência da leptospirose.
- ❷ Durante a enchente, a alta diluição dos esgotos sanitários, proporcionada pela abundância das águas pluviais, ocasiona baixa probabilidade de ocorrência de doenças de veiculação hídrica, como febre tifóide, hepatite infecciosa, cólera, giardíase etc.
- ❸ Cessada a enchente, deve-se realizar um levantamento do estado do sistema de abastecimento de água da cidade; constatada a possibilidade de seu funcionamento, deve-se operá-lo com pressão de água mais alta e com teores de cloro residual maiores na rede de distribuição.
- ❹ Durante a enchente, no caso de se ter que prover acampamentos e abrigos provisórios para os flagelados, em locais que não estejam providos de sistemas de esgotos sanitários em funcionamento, devem ser construídas privadas higiênicas com fossas secas, quando possível.
- ❺ Os principais vetores de doenças que devem ser combatidos são ratos, moscas e mosquitos; uma das formas gerais de se prevenir a proliferação desses vetores é o bom acondicionamento e a disposição adequada do lixo.

QUESTÃO 78

A respeito dos poderes municipais presentes na Constituição da República, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Os poderes municipais restringem-se ao Poder Executivo e Legislativo.
- ❷ No município, a função executiva é exercida pelo prefeito, e a legislativa pela assembléia legislativa.
- ❸ A câmara municipal compõe-se de vereadores, cujo número será fixado proporcionalmente à população do respectivo município.
- ❹ A posse do prefeito e do vice-prefeito ocorrerá no dia 1.º de janeiro do ano subseqüente ao da eleição.
- ❺ Caso cometa crime, o julgamento do prefeito ocorrerá perante a vara de fazenda pública da justiça estadual.

QUESTÃO 79

Julgue os itens abaixo, relativos à criação e à extinção de municípios segundo a Constituição da República.

- ❶ O texto constitucional veda a criação de novos municípios.
- ❷ O texto constitucional permite que um município A una-se a um município B para originar um novo município C, procedimento que recebe o nome de fusão.
- ❸ O texto constitucional permite que um município X se anexe ao município Y para ampliar suas fronteiras originais. Esse procedimento é denominado incorporação.
- ❹ A criação de municípios depende de lei federal, e a fusão, de lei estadual complementar.
- ❺ O desmembramento de municípios independe de estudos de viabilidade, bastando para tanto que haja a vontade dos municípios.

QUESTÃO 80

Uma lei estadual concedeu isenção de tarifa nos transportes coletivos urbanos e intermunicipais, terrestres e fluviais, a usuários deficientes, idosos, policiais em serviço e estudantes da rede oficial durante o período letivo. A associação das empresas de transportes urbanos da capital desse estado, entidade de âmbito municipal, ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação direta de inconstitucionalidade, questionando tal dispositivo em face da Constituição da República. A associação dos deficientes físicos brasileiros, entidade de âmbito nacional, ingressou no STF com ação declaratória de constitucionalidade da referida lei.

Considerando essa situação hipotética e a ordem constitucional vigente, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A lei editada pelo estado, ao conceder isenção de tarifa em transportes coletivos urbanos, invadiu esfera de competência municipal estabelecida na Constituição da República, visto que compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- ❷ A associação das empresas de transportes urbanos da capital do estado não tem legitimidade para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade no STF, uma vez que a Constituição da República, no que tange às entidades de classe, atribui legitimidade somente àquelas de âmbito nacional.
- ❸ A associação dos deficientes físicos brasileiros, sendo entidade de âmbito nacional, tem legitimidade para propor, perante o STF, ação declaratória de constitucionalidade de leis e atos normativos estaduais que digam respeito às matérias para cuja finalidade foi instituída.
- ❹ É competência privativa da União legislar sobre transporte, sendo que lei ordinária federal pode autorizar os estados a legislar sobre questões específicas atinentes à matéria.
- ❺ A competência do município para legislar sobre transporte urbano decorre da sistemática adotada pela Constituição da República que reservou ao município a denominada competência legislativa residual, cabendo a este legislar sobre todas as matérias não atribuídas à União ou aos estados.